



Relatório e Contas 2024

Fundação Primavera

junho 2024

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
A FUNDAÇÃO PRIMAVERA	3
MISSÃO, VISÃO E VALORES	3
missão.....	3
visão.....	3
valores	3
ÁREAS DE INTERVENÇÃO	4
Smart Child	4
Smart Senior	4
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	4
ÓRGÃOS SOCIAIS	4
CONSELHO DE CURADORES.....	4
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
CONSELHO DIRETIVO	5
FISCAL ÚNICO	5
CONSELHOS CIENTÍFICOS	5
EQUIPA TÉCNICA	6
PARCERIAS	6
ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO EM 2024.....	8
PERSPECTIVAS PARA 2025.....	9
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	10
RELATÓRIO E CONTAS 2024.....	11
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2024	14
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	20

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A criação da Fundação Primavera representa um compromisso firme com as causas sociais que mais sensibilizam os seus instituidores: o bem-estar das crianças em situação de vulnerabilidade e dos idosos em situação de isolamento.

O ano de 2024 foi um ano atípico na medida em que estivemos a aguardar o reconhecimento da Fundação, por parte do Governo, conforme exige a lei. O ano foi por isso dedicado a pensar o projeto, a conhecer os possíveis alvos do trabalho futuro da Fundação, o que fizemos através de inúmeras visitas a instituições que trabalham com idosos e crianças e a contratar a equipa de colaboradores e voluntários que cedo se juntaram ao projeto.

Foi também importante o trabalho de apresentação da Fundação a instituições públicas que financiam e apoiam projetos nas áreas onde a Fundação vai atuar. Um conjunto de reuniões que nos animaram para prosseguir com a proposta de valor inovadora com que a Fundação pretende atuar, através de entidades já instaladas no terreno, não se privilegiando como tal uma intervenção direta da Fundação junto dos públicos-alvo da sua intervenção.

Concluimos assim o ano de 2024 animados para a prossecução dos nossos objetivos e muito expetantes relativamente à nossa capacidade de reunirmos um conjunto de Parceiros Sociais em 2025, Parceiros com potencial de crescimento e com quem queremos trabalhar no sentido de fazermos acontecer o mesmo.

Em 2025, para além de colocarmos o modelo de trabalho no terreno, modelo descrito e alavancado num documento essencial para o projeto – o Programa de Parcerias da Fundação Primavera – vamos também estudar os futuros modelos de financiamento da Fundação, esperando que a partir de 2026 possamos iniciar atividades de *fundraising* que permitam vir a financiar a atual e futura equipa que estará ao serviço da Fundação.

Aguardemos por isso por este documento relativo a 2025, com a expetativa de que o mesmo possa ser mais bem preenchido por um relato de atividades que represente o primeiro ano completo de presença da Fundação no terreno, após o seu reconhecimento.

Juntos, vamos ajudar a transformar Portugal.

Nós, Tu, Todos

A FUNDAÇÃO PRIMAVERA

A Fundação Primavera nasceu em 2024 fruto de uma história de amizade, sucesso e responsabilidade social entre dois amigos que, juntamente com as suas famílias, iniciaram uma caminhada com o propósito de tornar o mundo num lugar melhor.



Jorge Batista



José Dionísio

Com uma ideia sólida e uma paixão por fazer a diferença, Jorge Batista, José Dionísio e as respetivas famílias constituíram a 31 de janeiro de 2024 a Fundação Primavera, cujo objetivo é criar impacto positivo onde ele é necessário, Ajudando a Transformar Portugal.

A Fundação Primavera, nasce como uma organização social de base 100% filantrópica que tem o objetivo de contribuir para a melhoria do bem-estar das crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade e das pessoas mais velhas em situação de solidão e/ou isolamento social.

Na Fundação Primavera acreditamos no valor de parcerias fortes e duradouras, que facilitem o alcance de um impacto significativo e transformador. Assim, pretendemos unir forças com entidades sociais comprometidas com o nosso objetivo, criando uma rede de parceiros que implementam soluções disruptivas ao mesmo tempo que integram um modelo inovador.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

Apoiar projetos e iniciativas de impacto social dirigidos a crianças em situação de vulnerabilidade e idosos em situação de isolamento, promovendo soluções inovadoras e sustentáveis, com recurso a tecnologia e boas práticas de gestão.

VISÃO

Ser uma Fundação de referência nacional na promoção de impacto social de larga escala, através do apoio estruturado a projetos com capacidade de replicação e crescimento.

VALORES

- Paixão
- Inovação
- Compromisso
- Colaboração

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Na Fundação Primavera dedicamo-nos a transformar vidas e a promover a igualdade e o bem-estar das crianças e das pessoas mais velhas em situação de vulnerabilidade. A intervenção está alicerçada em duas áreas chave: Smart Child e Smart Senior.

SMART CHILD

Acreditamos que cada criança merece crescer num ambiente seguro, saudável e estimulante, que lhe permita desenvolver o seu pleno potencial e viver uma infância feliz. Desta forma, focamo-nos no apoio a crianças em situação de vulnerabilidade, em especial crianças sob algum regime promoção e proteção, procurando diminuir, em sintonia com as atuais tendências, a institucionalização.

SMART SENIOR

Reconhecemos o valor e a importância das pessoas mais velhas na sociedade que, pela sua experiência, sabedoria e memória histórica, desempenham, entre outros, um papel fundamental na transmissão de valores e tradições. Neste contexto, pretendemos promover o envelhecimento ativo e saudável, especialmente junto daqueles que se encontram em situação de solidão e/ou isolamento social.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura da Fundação Primavera é composta por quatro Órgãos Sociais e dois Conselhos Científicos.

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE CURADORES



Isabel Soares
Presidente



Constança Paúl
Membro



Isabel Jonet
Membro



João Paulo Girbal
Membro



Manuel Caldeira
Cabral
Membro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



José Dionísio
Presidente – Instituidor



Jorge Batista
Vice-Presidente - Instituidor



David Rodrigues
Administrador Executivo

CONSELHO DIRETIVO



David Rodrigues
Administrador Executivo



Isabel Oliveira
Direção de Marketing e
Comunicação

FISCAL ÚNICO

EFETIVO

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Maria Manuela Alves Malheiro.

SUPLENTE

Sandra Raquel Brito da Costa Loureiro

CONSELHOS CIENTÍFICOS

Na Fundação Primavera estamos totalmente empenhados no desenvolvimento com excelência da abordagem a que nos propomos, assim a nossa estrutura inclui também um Conselho Científico por cada uma das áreas de intervenção, garantindo a sustentação científica de todos os projetos que desenvolvemos.

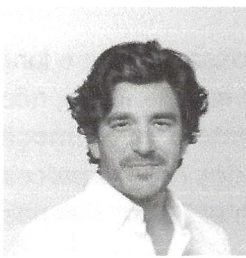
CONSELHO CIENTÍFICO SMART CHILD

Este Conselho será criado até final de 2025.

CONSELHO CIENTÍFICO SMART SENIOR



Carla Faria
Presidente



Óscar Ribeiro
Membro



Alice Delarue Matos
Membro

EQUIPA TÉCNICA

A interação regular com os parceiros é garantida pela equipa técnica da Fundação Primavera, composta por gestores de parceria que estão disponíveis em permanência para apoiar a implementação do Plano de Parceria da Fundação Primavera (PPFP).

PARCERIAS

Para nós “Ajudar a Transformar Portugal” significa impactar muitos milhares de pessoas, crianças e mais velhos em situação de vulnerabilidade, algo que a Fundação Primavera só conseguirá fazer ao lado daqueles que no passado já iniciaram esse caminho.

Com as nossas parcerias unimos forças e estabelecemos colaborações significativas com as organizações comprometidas com a mudança social positiva, trabalhando em conjunto, delineando planos e definindo objetivos e resultados que impulsionem ações que fazem a diferença na comunidade.

ENQUADRAMENTO E MODELO DE COLABORAÇÃO

No momento de definição da estratégia que nos levaria a cumprir o propósito da Fundação Primavera identificamos, durante a análise do contexto, várias possibilidades de atuação, tendo optado por **trabalhar com organizações sociais que têm projetos no terreno e que o tempo já provou serem úteis.**

Consideramos que esta é a opção que nos permite estabelecer a ambição que acabamos por traduzir no *slogan* “Vamos ajudar a transformar Portugal”, procurando contribuir para diminuição dos desafios do contexto social português. Em Portugal, existem cerca de 74 mil¹ Organizações da Economia Social (OES), das quais cerca de 28 mil² são Organizações Não Governamentais (ONG). Segundo o Relatório Final do Estudo Diagnóstico das ONG em Portugal 2015-2024³ as organizações continuam a enfrentar desafios significativos nas áreas de governança, práticas de gestão, recursos humanos, captação de financiamento e

¹ CASES (2020). Conta Satélite da Economia Social. <https://cases.pt/contasatelitedaes/>

² Franco, R. (2015) *Diagnóstico das ONG em Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian.

³ Mendes, A. (2024). *Estudo Diagnóstico das ONG em Portugal 2015-2024 Relatório Final*. Universidade Católica Portuguesa e Fundação Calouste Gulbenkian.

mobilização de recursos e ainda, em estabelecer e manter relações com entidades parceiras.

Perante este cenário e tendo em consideração a nossa robusta e longa experiência de gestão decidimos intervir criando **parcerias para o crescimento**, não sustentadas no financiamento, mas sim na **partilha de conhecimento** e na **promoção do trabalho colaborativo**. Assim, pretendemos operar ao lado dos nossos parceiros para que juntos alcancemos mais pessoas, promovendo a transformação positiva nas organizações e na comunidade.

ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO EM 2024

Apesar da Fundação só ter sido oficialmente reconhecida em dezembro de 2024, o ano de 2024 foi, ainda assim, de grande atividade sendo de destacar:

- **março – junho**
 - o **Visitas a Organizações Sociais** - com o propósito de melhor conhecer a realidade social onde se irá desenvolver a atividade da Fundação, o Concelho de Administração visitou diversas organizações sociais em vários pontos do país. Dessas visitas resultou a confirmação da oportunidade de intervenção da Fundação através de parcerias com organizações sociais, potenciando o trabalho que essas mesmas organizações desenvolvem em favor de idosos em situação de solidão/isolamento e crianças em situação vulnerável. As organizações visitadas foram:
 - Associação Coração Amarelo
 - Associação EntrAjuda
 - Associação Mais Proximidade
 - CPCJ Braga
 - ADCL – Ass. para o Desenvolvimento das Comunidades Locais – Guimarães
 - Fundação CEBI
 - Gondomar Social – Associação de Intervenção Comunitária
- **julho**
 - o **Reunião informal do Conselho de Curadores**
- **novembro**
 - o **Constituição do Conselho Científico – Smart Senior** - sob proposta da Professora Carla Faria, previamente convidada pelo CA para presidir ao Conselho Científico – Smart Senior, foram aprovados os restantes membros deste Conselho e que assim ficou constituído por: Professora Carla Faria (Presidente), Professora Alice Delarue Matos (membro) e Professor Óscar Ribeiro (membro).
- **dezembro**
 - o **Tomada de posse dos Órgãos Sociais**
 - o **Aprovada a Estratégia de Comunicação, Imagem, e Elementos de Comunicação Gráfica.** Aprovada também a contratação de uma empresa de comunicação e criatividade, em regime de avença, com o propósito de apoiar a Fundação em todos os temas relacionados com comunicação institucional, eventos, marketing global e de projetos e assessoria de imprensa, entre outros.
 - o **Aprovado o Orçamento e Plano de Atividades 2025**

PERSPECTIVAS PARA 2025

Tendo sido efetuado o lançamento oficial em fevereiro de 2025, momento crucial para dar a conhecer a Fundação à comunidade, o enfoque em 2025 tem vindo a ser, e continuará a ser, colocado na validação do modelo de atuação através do qual a Fundação espera ajudar organizações sociais parceiras a escalar o impacto social resultado do respetivo trabalho. As principais atividades previstas para 2025 são:

- Construção do Programa de Parcerias,
- Construção da *Framework* de Gestão de Parcerias,
- Assinatura dos Primeiros Contratos de Parceria,
- Reforço do Programa de Visitas a Organizações Sociais,
- Mudança para a Nova Sede da Fundação,
- Organização, Processos e *Compliance*.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado positivo apurado no exercício de 2024, de 16 875€, seja transferido para os Resultados Transitados. No final do ano, os Fundos Patrimoniais totalizam 1 016 875€.

RELATÓRIO E CONTAS 2024

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Fundação Primavera

Balanço (individual) em 31.12.2024

		Unidade monetária (euro)	
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2024	
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativo corrente			
Caixa e depósitos bancários	4	1 016 875,00	
		1 016 875,00	
Total do Ativo		1 016 875,00	
Fundos Patrimoniais			
Fundos		1 000 000,00	
Resultado líquido do período		16 875,00	
Total do Capital Próprio		1 016 875,00	
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Total do Passivo			
Total do Capital Próprio e do Passivo		1 016 875,00	

O Contabilista Certificado



O Conselho Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2024

Fundação Primavera

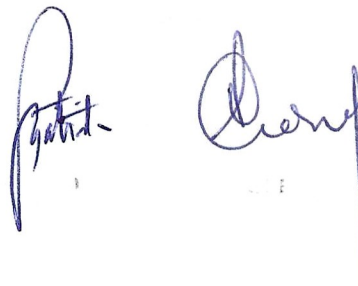
Demonstração (individual) dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2024

		Unidade monetária (euro)	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2024	
Outros rendimentos	+	7	22 500,00
Outros gastos	-	7	(5 625,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		16 875,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		16 875,00
Juros e gastos similares suportados	-		
Resultado antes de impostos	=		16 875,00
Imposto sobre rendimento do período	-/+		
Resultado líquido do período	=		16 875,00

O Contabilista Certificado



O Conselho Administração



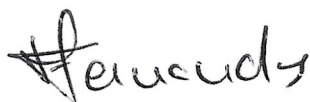
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2024

Fundação Primavera

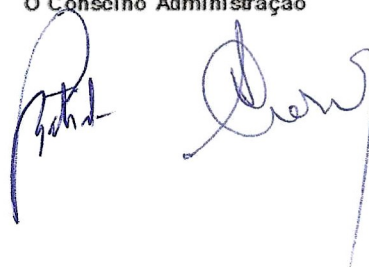
Demonstração (individual) de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2024

RUBRICAS		NOTAS	Períodos 2024
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</u>			
Caixa gerada pelas operações		+/-	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-	
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	16 875,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-	16 875,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Realização de fundos		+	1 000 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)		1 000 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		1 016 875,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/- 4	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/- 4	1 016 875,00

O Contabilista Certificado



O Conselho Administração



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2024

Fundação Primavera

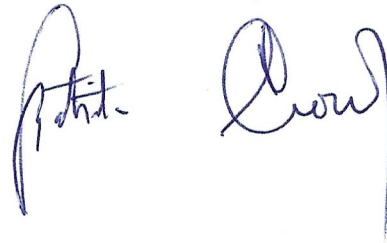
Demonstração individual das alterações no fundos patrimoniais no período 2024

		Unidade monetária (euro)			
		s patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade			
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6				
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	7				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8		16 875,00	16 875,00	16 875,00
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8		113 938,31	113 938,31	16 875,00
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					
Fundos	6	1 000 000,00		1 000 000,00	1 000 000,00
Realizações de prémios de emissão					
Distribuições					
Entradas para cobertura de perdas					
Outras operações					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	11=6+7+8+10	6	1 000 000,00	16 875,00	1 016 875,00

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Nota 1. Identificação da entidade

A Fundação Primavera, com sede na Rua D. Afonso Henriques, n.º 29, 1.º Dto., 4700-030 Braga, número de identificação de pessoa coletiva 518 185 354, foi instituída em 05 de agosto de 2024 pela Primavera SGPS, S.A., e seguintes fundadores particulares:

- (i). Jorge Manuel Barroso Batista;
- (ii). José Manuel Maia Dionísio;
- (iii). Maria Joana Rebelo Ferreira Reis;
- (iv). Ricardo Rebelo Reis Batista;
- (v). João Pedro Rebelo Reis Batista;
- (vi). Francisco Rebelo Reis Batista;
- (vii). Isabel Maria Hilário Morais da Costa;
- (viii). Nuna Morais Dionísio;
- (ix). Tomás Morais Dionísio;
- (x). Miguel Morais Dionísio.

O reconhecimento de Fundação em Conselho de Ministros foi obtido em 15 de novembro de 2024.

A Fundação é uma organização filantrópica que tem por finalidade o desenvolvimento de projetos de índole educativa, social e humanitária, tendencialmente em parceria com outras entidades, sejam elas públicas, privadas ou pessoas individuais. Os projetos suportados e apoiados pela Fundação servirão, primeiramente, o espaço geográfico português e dos países africanos de língua oficial portuguesa, privilegiando um alcance nacional na medida em que visem atingir públicos com dimensão. Os projetos a desenvolver pela Fundação visam abranger, especialmente, franjas carenciadas da sociedade, nomeadamente cidadãos de idade avançada, crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, em especial com alguma medida de promoção e proteção. Para a realização dos seus objetivos, a Fundação promoverá, preferencialmente, o uso de tecnologias inovadoras, apoiará projetos de empreendedorismo social, e programas de desenvolvimento comunitário de larga escala.

Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais. A partir de 1 de janeiro de 2016, a FFMS passou a adotar os modelos das demonstrações financeiras constantes na Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, bem como a norma contabilística e de relato financeiro constante no Aviso n.º 8259/2015.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não-preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC); (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC); e (iii) às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Durante o ano de 2024 não ocorreram derrogações das disposições do SNC que produzissem efeitos nas demonstrações financeiras, pelo que a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade encontra-se assegurada.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela Entidade no exercício de 2024 foram consistentes.

Durante o exercício de 2024 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nem foram registados erros materiais uma vez que se trata do primeiro exercício de atividade.

Nota 3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e tomando por base o custo histórico.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o exercício de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Administração foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso.

A Administração da Entidade entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

Tendo por base o disposto nas NCRF-ESNL as políticas contabilísticas adotadas pela Entidade foram as seguintes:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

De acordo com o pressuposto da continuidade, a Entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, considerando a capacidade de prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de outras contas a pagar e a receber e nas rubricas de diferimentos.

3.1.3. Consistência da apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes ao longo dos períodos.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, avaliados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se poderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores das demonstrações financeiras.

Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo, nem nenhum gasto por qualquer rendimento. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida.

3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela Entidade no exercício de 2024 foram consistentes não são comparativos com a informação financeira relativa ao exercício anterior, uma vez que se trata do primeiro exercício de atividade.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1 Impostos sobre o rendimento

Em 2024, a Fundação obteve rendimentos de capitais tributados à taxa liberatória.

3.2.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Entidade se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Caixa, depósitos bancários e outras disponibilidades

Os depósitos bancários contêm valores em Euros para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

Todos os montantes incluídos nestas rubricas são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

3.2.3. Classificação de Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.2.4. Acontecimentos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras.

Nota 4. Fluxos de caixa

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2024 detalha-se conforme se segue:

		(valores expressos em euros)
		31.12.2024
Meios financeiros líquidos constantes do balanço		Quantias disponíveis para uso
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	11 250,00
	Depósitos a prazo	1 005 625,00
Totais		1 016 875,00

Nota 5. Partes relacionadas

5.1 Entidades instituidoras

A Fundação Primavera, com sede na Rua D. Afonso Henriques, n.º 29, 1.º Dto, 4700-030 Braga, número de identificação de pessoa coletiva 518 185 354, foi instituída em 05 de agosto de 2024 pela Primavera SGPS, S.A., e seguintes fundadores particulares:

- (i). Jorge Manuel Barroso Batista;
- (ii). José Manuel Maia Dionísio;
- (iii). Maria Joana Rebelo Ferreira Reis;
- (iv). Ricardo Rebelo Reis Batista;
- (v). João Pedro Rebelo Reis Batista;
- (vi). Francisco Rebelo Reis Batista;
- (vii). Isabel Maria Hilário Moraes da Costa;
- (viii). Nuna Moraes Dionísio;
- (ix). Tomás Moraes Dionísio;
- (x). Miguel Moraes Dionísio.

5.2 Remunerações da gestão

Os Órgãos Sociais da Fundação não auferiram quaisquer remunerações.

Não existem adiantamentos e créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, bem como compromissos assumidos em seu nome e a título de garantias de qualquer natureza.

Nota 6. Fundos Patrimoniais

O património da Fundação é inicialmente constituído por uma dotação patrimonial no valor em dinheiro de € 1.000.000,00 (um milhões de euros), que foi totalmente realizado no período de 2024, nos seguintes termos:

- 250 mil euros pelos fundadores particulares, e,
- 750 mil euros pela Primavera SGPS, S.A.

Nota 7. Rédito

O rédito do período refere-se a juros de depósitos bancários relativos à dotação inicial.

Nota 8. Acontecimentos após a data do balanço

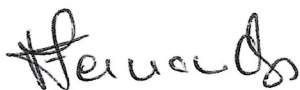
Até à data da conclusão deste relatório, não ocorreram acontecimentos que mereçam destaque para complementar a leitura das presentes demonstrações financeiras.

Nota 9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

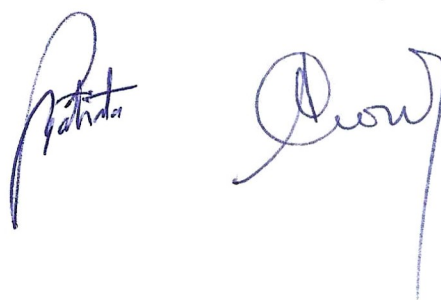
Os honorários do revisor oficial de contas relativos à revisão legal das contas anuais ascendem a 1.000,00 euros.

Braga, 23 de junho de 2025

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Conselho de Curadores,

Nos termos das disposições legais e estatutárias e com o mandato que nos foi confiado, vimos apresentar o Relatório e Parecer sobre a ação fiscalizadora por nós desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **FUNDAÇÃO PRIMAVERA** (doravante designada por Fundação), relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Fundação, verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento no normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido da Administração, os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2024, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, todos referentes ao período findo naquela data, preparados de acordo com o regime de normalização contabilística para as ESNL.

Adicionalmente, apreciamos o teor do relatório preparado e apresentado pelo Conselho Administração, que relata os aspetos mais significativos das atividades e ações que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Como consequência do trabalho efetuado, e tendo em consideração os aspetos referidos na Certificação Legal das Contas, emitida em 27 de junho de 2025, com opinião não modificada (sem reservas), sem ênfases, sem outras matérias e sem incerteza material relacionada com a continuidade, o Fiscal Único é de Parecer que as contas e o Relatório emitido pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sejam aprovados.

Braga, 27 de junho de 2025.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por:

Maria Manuela Alves Malheiro

Maria Manuela Alves Malheiro, Revisora Oficial de Contas
Registo na OROC n.º 916 | Registo na CMVM n.º 20160535

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC: 502 951 943 | Capital Social: 5 000 euros
Membro de APE - Associação de SROC ACE

Escritórios

Préio de Registos de Braga - Edifício A
Av. D. João I, n.º 458 A, 1.º Piso - Esplanada 47
4715-270 Braga - Portugal
T: +351 (0)253 253 250 | E: sroc@jmm-sroc.pt

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, 1.º C
4715-062 Braga - Portugal
T: +351 (0)253 253 250 | E: sroc@jmm-sroc.pt

jmm

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



44

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Primavera** (a Entidade), que compreendem o balanço individual em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 1.016.875 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.016.875 euros, incluindo um resultado líquido do período de 16.875 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual de fluxos de caixa, a demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas – relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Fundação Primavera** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

1/3

jmm

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 961 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC ACE

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga - Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as

- transações e acontecimentos subsequentes subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

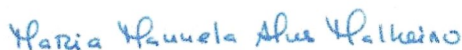
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante, com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 27 de junho de 2025

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por:



Maria Manuela Alves Malheiro, Revisora Oficial de Contas
Registo na OROC n.º 916 | Registo na CMVM n.º 20160535